

Líderes fazem acordo para votar LDO hoje

BRASÍLIA — Um acordo firmado entre o PT, o PMDB e os partidos que apóiam o governo no Congresso Nacional permitirá que seja votada hoje a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que fixa os critérios para a elaboração do Orçamento da União de 1992. O PT concordou em desistir da obstrução e obteve a promessa de que a nova política salarial e a nova lei do salário mínimo serão votadas em regime de urgência no mês de agosto.

O acordo foi firmado na Câmara dos Deputados entre os líderes José Genoino (SP), do PT, Ricardo Fiúza (PE), do bloco PFL-PRN, Humberto Souto (PFL-MG), do governo, e Genebaldo Correia (BA), do PMDB. Além de conseguir urgência para a votação do salário mínimo e da política salarial, o PT, segundo o deputado Eduardo Jorge (SP), assegurou que fosse respeitado o prazo regimental para que a Comissão Mista de Orçamento discutisse, até ontem, as emendas ao projeto de LDO proposto pelo governo.

Apesar disso a Comissão não se reuniu, mas as modificações ao projeto serão feitas no plenário, durante a discussão da matéria, hoje à tarde. Eduardo Jorge disse que também ficou assegurada a verificação de quórum antes da votação de cada emenda ou destaque. Indagado sobre a existência do acordo, no entanto, o deputado Humberto Souto descontrôversou: "Não estou sabendo de acordo nenhum".

Com receio de que os parlamentares corram para suas férias sem ter votado a LDO, já que, nesse caso seriam obrigados, pela Constituição a voltar ao plenário e votar essa lei, o presidente do Congresso Nacional, senador Mauro Benevides, aguardou apenas até hoje para que a Comissão de Orçamento possa apresentar seu

parecer sobre a lei. A pressa, no entanto, não permitiu aos parlamentares que compõem a comissão, a discussão da matéria e todas as alterações no texto do governo somente serão feitas diretamente no plenário, hoje à tarde.

"É lamentável que uma lei tão importante seja examinada dessa maneira. O resultado será a precariedade na fixação dos critérios para o Orçamento da União que irá vigorar no ano que vem", protestou o deputado José Serra (PSDB-SP). Dessa frustração partilha o deputado César Maia (PMDB-RJ), que via na discussão da LDO uma oportunidade valiosa para que os parlamentares discutissem a política fiscal, ou seja, a forma como o governo usa os recursos que arrecada.

Serra apontou como o aspecto mais preocupante na falta de discussão, o fato de que o texto do governo não define os setores prioritários para investimentos públicos. Dessa forma, o texto omite investimentos em áreas importantes como a energia elétrica, a recuperação das estradas, o sistema de telefonia, citou Serra.

O substitutivo ao projeto do governo para o salário mínimo, que foi aprovado pela Comissão de Trabalho e Serviços Públicos por unanimidade e irá ao plenário do Congresso em agosto, prevê um valor de Cr\$ 47.381 para o mínimo, a partir de junho. O reajuste seria mensal, de acordo com uma cesta básica de alimentos e serviços que inclui a variação dos preços dos aluguéis, além de um aumento real de 1% ao mês.

Já a política salarial aprovada pela mesma comissão, prevê que os salários de todas as categorias sejam reajustados com base num índice de inflação prefixado pelo governo. Se ao final do mês a inflação ocorrida ficar abaixo da projetada, a diferença será acrescentada ao índice a vigorar no mês seguinte.